

STF adia julgamento da ADPF das favelas

Barroso quer construir posição de consenso entre os ministros

Por Karoline Cavalcante

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, adiou, nesta quarta-feira (26), a análise do mérito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como a "ADPF das favelas". A principal motivação de mudança de data foi devido ao envolvimento da Primeira Turma da Corte com a ação penal da Procuradoria-Geral da República que tornou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras sete pessoas réus por tentativa de golpe de Estado. O presidente do STF afirmou que a decisão sobre o tema será tomada "impreterivelmente" na próxima quinta-feira (03).

Durante a abertura da sessão, Barroso declarou que os ministros estão trabalhando por um "voto de consenso" e não conseguiram se reunir para um último debate sobre o assunto. Porém, o texto "está quase pronto".

"Nós consideramos que essa é uma matéria que o Supremo deve falar a uma só voz. Estamos trabalhando pelo consenso interno de um tema que é especialmente árduo, porque envolve muitos interesses", justificou.

Ele destacou que as preocupações do tribunal estão centradas em duas perspectivas essenciais: a proteção da segurança pública e o bem-estar da população, tanto das áreas mais carentes quanto dos bairros mais ricos. "A nos-



Barroso preferiu adiar ADPF das Favelas por causa do julgamento sobre golpe

sa preocupação é igualitária; e, evidentemente, temos uma imensa preocupação mostrada mais uma vez pelo relator, ministro Edson Fachin, com a letalidade policial e as vítimas inocentes que se produzem, muitas vezes, em investidas mal planejadas nas comunidades pobres", prosseguiu.

ADPF das Favelas

A ADPF 635 foi protocolada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2019, alegando uma "grave violação generalizada de direitos humanos" por parte da política de segurança pública do Rio de Janeiro. Desde então, a Suprema Corte tem emitido diversas decisões liminares para regular a atuação das forças de segurança no estado,

como restrições ao uso de helicópteros durante operações e a obrigatoriedade de instalação de câmeras nas fardas dos policiais, além de equipamentos de geolocalização (GPS) nas viaturas.

Em fevereiro deste ano, o relator do caso, ministro Edson Fachin, votou pela manutenção das restrições às operações e propôs a homologação parcial do plano apresentado pelo governo do estado.

Segundo o voto, o planejamento deve contemplar três principais pontos: a meta de redução da letalidade policial e a priorização de indicadores de processo; a adoção do conceito de uso diferenciado da força, com respeito aos seus protocolos; e a assistência à saúde men-

tal dos profissionais de segurança pública. Além disso, também foi estipulada a criação de um comitê para acompanhar o cumprimento da decisão. Após a manifestação, o julgamento foi suspenso.

Presente de aniversário

No início deste mês, após se reunir com os ministros da Corte em Brasília, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), afirmou que uma eventual derrubada da ADPF seria um "presente de aniversário", comemorado no dia 29 de março. "Espero ganhar esse presente de aniversário. Os ministros estão muito conscientes de que precisam auxiliar o Rio de Janeiro", declarou.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Ex-presidente falou depois da derrota por 5 a 0 no STF

Com Bolsonaro réu, direita busca alternativas

Nenhum político de direita vai falar nisso abertamente, mas a aceitação unânime da denúncia contra Jair Bolsonaro abriu de vez a porteira para a escolha de outro candidato à Presidência da República.

Por enquanto, todos manterão o discurso de que o ex-presidente é vítima de uma perseguição política, de uma injustiça, ninguém quer saber de

brigar com ele e, principalmente, com seus milhões de eleitores.

Há uma avaliação de que o ato bolsonarista marcado para o próximo dia 6, em São Paulo, tende a ser muito maior do que o realizado no Rio, mas não há ilusões sobre o efeito prático da manifestação. Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) vai evitar ao máximo pausar o projeto de anistia.

Confusão

Na Câmara, há um quase consenso de que o projeto seria aprovado caso vá a plenário, mas apenas o PL luta para que isso ocorra. Existe a certeza de que o tema vai servir, principalmente, para gerar muita confusão na sociedade e problemas na relação com o governo.

Na comitiva

Manter boas relações com governos está no DNA do Centrão. A presença de importantes representantes do grupo na viagem de Lula mostra que não há qualquer disposição para rompimento agora. "O que há é pressão do PL", diz a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Morre, aos 77, Fuad Noman, prefeito de Belo Horizonte

Por Karoline Cavalcante

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), faleceu aos 77 anos na manhã desta quarta-feira (26), após complicações de saúde. Ele estava internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Mater Dei, na capital mineira, desde o dia 3 de janeiro, quando apresentou um quadro de insuficiência respiratória aguda, dois dias após tomar posse no cargo de chefe do Executivo municipal. O velório acontecerá no saguão da prefeitura da cidade nesta quinta-feira (27), de 13h às 16h, com cerimônia aberta ao público.

Segundo o último boletim médico, a causa da morte foi devido a complicações de um linfoma não-Hodgkin (LNH), um tipo de câncer originado nas células do sistema linfático, responsável pela defesa contra infecções e doenças. Fuad Noman foi diagnosticado com a doença em junho de 2024 e vinha realizando o tratamento desde então.

Na noite de terça-feira (25), por volta das 22h, o prefeito sofreu uma parada cardiorrespiratória e precisou ser reanimado. No entanto, seu quadro evoluiu para um choque cardiogênico, condição em que o coração não consegue bombear sangue suficiente para o corpo. Ele necessitou de doses elevadas de medicamentos vasoativos e inotrópicos, e sua respiração foi controlada por aparelhos. De acordo com a equipe médica, o estado de saúde era bastante grave.



Fuad estava internado desde o dia 3 de janeiro

Homenagens

Em nota, a Prefeitura de Belo Horizonte destacou que Fuad Noman era reconhecido por seu trato gentil, sua capacidade de escuta e seu amor por Belo Horizonte. "Um homem público íntegro, cuja história se confunde com o desenvolvimento da nossa cidade", afirmou a nota.

"Neste momento de dor, nos solidarizamos com os familiares, amigos e todos os cidadãos belo-horizontinos que perdem não apenas um líder, mas um exemplo de ser humano. A cidade se despede com gratidão e reverência", conclui a mensagem.

A família também pres-

tou uma homenagem, por meio de um texto assinado pela esposa, Mônica Drummond; pelos filhos, Gustavo e Paulo; pelas noras, Cláudia e Fabiana; e pelos netos, João Pedro, Mateus, Isabela e Rafael. "Para nós, você sempre será muito mais do que o homem que tanto se dedicou ao trabalho e à vida pública. Conosco, permanece o marido carinhoso e companheiro, sempre orgulhoso da família que construiu; o pai amoroso, que amava uma pescaria e nos ensinou o valor da honestidade, do respeito e da perseverança; o sogro que sempre apoiou e ajudou em todas as situações; o avô afe-

tuoso, que iluminou os netos com seu exemplo, suas boas histórias e seus abraços. Te amaremos para sempre!", diz a publicação.

Fuad Noman

Nascido em 30 de junho de 1947 em Belo Horizonte, Fuad Jorge Noman Filho era economista, com pós-graduação em Programação Econômica e Execução Orçamentária. Além de escritor, foi autor de três livros: O Amargo e o Doce (2017), Cobiça (2020) e Marcas do Passado (2022).

Ingressou no serviço público como funcionário de carreira do Banco Central do Brasil e também trabalhou no Tesouro Nacional. Atuou em importantes cargos no governo federal, como secretário-executivo da Casa Civil no governo de Fernando Henrique Cardoso, diretor do Banco do Brasil, presidente da BrasilPrev e consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI). Fuad chegou a participar do desenvolvimento do Plano Real na década de 90.

Durante o primeiro mandato de Aécio Neves como governador de Minas Gerais, Fuad Noman foi Secretário de Estado da Fazenda e, no segundo mandato de Neves, assumiu a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas. Foi prefeito de BH, após Alexandre de Kalil, de quem era vice, renunciar ao cargo em 2022. Em 2024, foi eleito o prefeito mais velho da capital, porém, desde novembro do ano passado, passou por quatro internações decorrentes do câncer.



Bolsonaro voltou a negar influência no 08/01

Então presidente disse que posse de Lula era 'prevista'

Ontem, Bolsonaro destacou trechos de sua live de 30 de dezembro de 2022, pouco antes de embarcar para os Estados Unidos. Frisou que, na fala desestimulou qualquer reação violenta à posse de Lula. Mas a transcrição do que disse mostra que ele não fechou a porta para os mais revoltados. Disse que a posse estava "pre-

vista" para 1º de janeiro, dali a dois dias.

Afirmou também que, na época, tentou agir: "Eu busquei dentro das quatro linhas, dentro das leis, respeitando a Constituição, uma saída para isso aí, se tinha uma alternativa para isso, se a gente podia questionar alguma coisa ou não questionar alguma coisa (...)".

Reação

Em outro momento da live, o ainda presidente frisou a necessidade de se respeitar as leis e a Constituição, mas tratou de fazer uma ressalva: "Sim, temos que respeitar, mas podemos reagir, podemos não, é direito nosso, mais que direito, é o dever nosso reagir".

Estilo

Ao retomar o estilo cercadinho, Bolsonaro dividiu seus aliados. Para alguns, ele fez certo ao se defender jogando no ataque, ao ressaltar questões de viés político que seriam determinantes na aceitação da denúncia contra ele. "Ele só sabe jogar desse jeito", justificou um deputado.

Sem apoio

Ele também deu a entender que não teve respaldo para tomar uma atitude mais decisiva, ainda que dentro da Constituição, sobre o processo eleitoral: "Ninguém quer uma aventura. Agora muitas vezes dentro até das quatro linhas você tem que ter apoio", destacou.

Contradição

Um outro, porém, avalia que ele errou ao atropelar a defesa técnica, que insiste, por exemplo, numa falta de acesso a provas. O estilo rompedor também não combinaria com a campanha por anistia que ressalta uma desumanidade de penas mais altas aplicadas pelo STF.